



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 6847/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Taquaritinga
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA
Período 08/2017
Relator Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora UR-13 UNIDADE REGIONAL DE ARARAQUARA
Responsável Vanderlei José Marsico
Cargo PREFEITO
CPF 434.939.988-72
Período de Gestão 01/01/2017 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega parcial tempestiva dos documentos exigidos.
Não foram entregues os seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Questionário sobre Transporte	8	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF



2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 112.283.453,02	
Realização acumulada	R\$ 115.484.387,42	
Variação	R\$ 3.200.934,40	2,8508%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 115.484.387,42	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 108.639.581,50	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 6.844.805,92	5,9270%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -11.693.322,86	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 2.459.100,00	
Diferença	R\$ -14.152.422,86	121,0300%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

Receita Previdenciária Realizada	R\$ 17.580.346,12	
Receita Previdenciária Prevista	R\$ 16.278.879,95	
Diferença	R\$ 1.301.466,17	7,4030%

Verifica-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada superou a previsão orçamentária, demonstrando uma situação favorável, evidenciando que os repasses das contribuições estão sendo efetuados.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

Saldo Final do Bimestre	R\$ 20.047.335,05	
Saldo Inicial do Exercício	R\$ 14.668.779,20	
Diferença	R\$ 5.378.555,85	36,6667%

Da análise das Disponibilidades Financeiras, verifica-se no período uma situação favorável, diante do aumento do saldo inicial acima demonstrado.

2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA	R\$ 10.866.661,48	R\$ 0.00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL	R\$ 6.255,49	R\$ 0.00
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAET	R\$ 132.677,37	R\$ 650.343,36

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA	R\$ 0.00	R\$ 7.163.753,97	R\$ 1.136.653,22
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL	R\$ 0.00	R\$ 6.255,49	R\$ 0.00
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAET	R\$ 0.00	R\$ 683.588,57	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA	R\$ 2.566.254,29	R\$ 0.00	R\$ 3.622.223,39
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL	R\$ 0,00	R\$ 0.00	R\$ 2.085,16
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAET	R\$ 0,00	R\$ 99.432,16	R\$ 261.007,11

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.7 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
8/2016	R\$ 72.267.598,40	R\$ 134.698.922,13	53,6512%	54,0000%
12/2016	R\$ 70.837.316,21	R\$ 142.227.247,26	49,8057%	54,0000%
4/2017	R\$ 68.797.889,37	R\$ 141.181.812,31	48,7300%	54,0000%
8/2017	R\$ 70.132.795,43	R\$ 145.994.191,00	48,0381%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.8 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
8/2017	R\$ 145.994.191,00	R\$ 24.536.162,65	16,8063%
4/2017	R\$ 141.181.812,31	R\$ 18.003.425,97	12,7519%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.9 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 145.994.191,00	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 23.359.070,56	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o

cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.10 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.11 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 145.994.191,00	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 32.118.722,01	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.12 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	R\$ 10.866.661,48	R\$ 0,00	R\$ 8.300.407,19	R\$ 2.566.254,29
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 2.200.487,89	R\$ 6.114.120,35	R\$ 8.020.746,78	R\$ 293.861,46
Depósitos	R\$ 1.949.844,06	R\$ 4.270.549,57	R\$ 4.437.144,30	R\$ 1.783.249,33
Outros	R\$ 4.379.725,56	R\$ 90.166.286,07	R\$ 78.044.441,44	R\$ 16.501.570,19
Total	R\$	R\$	R\$	R\$

	19.396.718,99	100.550.955,99	98.802.739,71	21.144.935,27
--	---------------	----------------	---------------	---------------

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 83.606.200,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 21.355.941,38
Índice Apurado	25,5435%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 59.762.615,00	
Despesa Empenhada	R\$ 16.271.506,47	27,2269%
Despesa Liquidada	R\$ 14.721.325,36	24,6330%
Despesa Paga	R\$ 14.284.251,02	23,9016%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 59.762.615,00	
Despesa Empenhada	R\$ 16.271.506,47	27,2269%
Despesa Liquidada	R\$ 14.721.325,36	24,6330%
Despesa Paga	R\$ 14.284.251,02	23,9016%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ 1.685.672,14	R\$ 14.225.348,97	R\$ 15.414.419,71	108,3588%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ 1.685.672,14	R\$ 14.225.348,97	R\$ 10.216.548,28	71,8193%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 6.510.939,08	R\$ 0.00	0,0000%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que não indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 83.606.200,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 25.629.256,44
Índice Apurado	30,6547%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 59.762.615,00	
Despesa Empenhada	R\$ 18.937.111,62	31,6872%
Despesa Liquidada	R\$ 17.379.530,20	29,0809%
Despesa Paga	R\$ 15.046.102,71	25,1764%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 59.762.615,00	
Despesa Empenhada	R\$ 18.937.111,62	31,6872%
Despesa Liquidada	R\$ 17.379.530,20	29,0809%
Despesa Paga	R\$ 15.046.102,71	25,1764%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

5.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 133.330.205,00	R\$ 96.346.218,23	-27,74%	108,36%
Receitas de Capital	R\$ 2.030.000,00	R\$ 993.643,41	-51,05%	1,12%
Deduções da Receita	R\$ -11.942.000,00	R\$ -8.429.714,67	-29,41%	-9,48%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 123.418.205,00	R\$ 88.910.146,97	-27,96%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 123.418.205,00	R\$ 88.910.146,97		100,00%
		R\$ -34.508.058,03		-27,96%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 100.719.593,38	R\$ 81.632.319,04	18,95%	76,51%
Despesas de Capital	R\$ 17.721.277,47	R\$ 11.760.765,00	33,63%	11,02%
Reserva de Contingência	R\$ 0,01			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 12.578.957,00	R\$ 10.177.224,24	19,09%	9,54%
Repasses de duodécimos	R\$ 4.067.500,00	R\$ 2.711.666,64	33,33%	2,54%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 0,00		0,00%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 412.666,82	R\$ 412.666,82	0,00%	0,39%

Subtotal das Despesas	R\$ 135.499.994,68	R\$ 106.694.641,74	21,26%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 135.499.994,68	R\$ 106.694.641,74		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 28.805.352,94	27,00%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ -17.784.494,77	-20,00%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão registrou um déficit no período, correspondendo a -20,00% da receita realizada.

5.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM) - LIQUIDAÇÃO

Receitas Realizadas	R\$ 97.339.861,64
Deduções da Receita	R\$ 8.429.714,67
Despesas Liquidadas	R\$ 85.376.120,32
Repasse de Duodécimos	R\$ 2.711.666,64
Devolução de Duodécimos	R\$ 0,00
Transferências Financeiras para Adm Indireta	R\$ 0,00
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 822.360,01

O Resultado da Execução Orçamentária foi apurado com base nos empenhos liquidados.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 03/10/2017

Hora da Geração: 21:14:37

010/17. Ata de Reunião da diretoria e comissão de funcionários no gabinete do prefeito.

Nesta data de 07 de março de dois mil e dezessete, a diretoria do sindicato e a comissão de funcionários se reuniram no gabinete do Sr. Prefeito Anderson Marsico para tratar da pauta de reivindicações:-

1. manutencas da jornada de trabalho de 6 horas
2. Aposentação salarial dos servidores da ativa inativa e pensionistas
3. Restituição do cartão alimentação dos inativos
4. Incorporação do bônus de 70,00
5. plano de saúde compartilhado
6. Revogação da lei n.º 8.866/2010
7. Revogação do decreto n.º 4.458
8. Férias de assiduidade c/ valor 200,00
9. melhorias nas condições de trabalho, bem como respeito e respeito salarial
10. Fornecimento de EPIs
11. Redução das gratificações
12. Aumento de salário conforme índice aos agentes comunitários e agente de endemias
13. Elaboração do novo estatuto
14. Redução de cargos de comissão
15. Redução da carga horária das ADI
16. falta de ADI nos bichos
17. Pagamento de salários aos servidores

da educação.

18. Café da manhã para o almoxarife
19. Limão da sra. do local dos cobres
20. Pagamento de férias em pecúnia
21. Ajuste de cartas alimentações de 310,00 para 400,00.
22. Realizar a Cipa
23. Educação da carga horária da enfermagem para 30 horas

A presidente do sindicato Sra. Maria Angelica Rossi Bar iniciou a reunião agradecendo a todos pela presença, esteve presente na reunião o Sr. Pufilito e Janderlei Márcio o vice-pufilito Sr. Luis Fernando o chefe de gabinete Sr. Felix Marques o chefe de finanças Sr. Ricardo Henrique e os secretários Sr. Marcos Bonla e Sr. Augusto di Pietro

A presidente começou falando sobre as seis horas e o Sr. Pufilito disse que não tem resposta sobre isso e que vai mudar o horário da prefeitura e que talvez o país municipal faça 2 turnos, falou também que 6 horas foi em tiro de pe porque trabalha 6 horas e depois tem que fazer horas extras e que o decreto não foi revogado e está todo irregular, em 2015 foi feito um decreto semelhante de validade sobre o projeto de americana para volta dos cartões dos aposentados, está com problemas mas o sindicato apresentou outros de rater de novas.

O Sr. prefeito disse que temos que ficar muito preocupados porque o Spant vai explodir e que no Spant talvez será um aposentado para cuidar dos apensas; e que gostaria de fazer uma auditoria disse também que no cargo são 30 colitores de lixo mas só 15 trabalham, onde estão os outros? os outros estão em outros cargos porque se mudam. O Sr. prefeito não concordou com o prêmio de assiduidade, correção e juros de cortar o cortão alimentações se ele for incorporado nos 54%, só pode aumentar o limite e até incorporar se cair a arrecadação e que será comprados todos os equipamentos para E.P.I. vai investir na manutenção do próprio almoxarifado, disse para o funcionário da coleta de lixo para ir até o gabinete para escolher o E.P.I. que melhor se adapta aos colitores e que vai pensar com a secretária da Educação, Sra. Neide Salvagni para resolver sobre os problemas das A.D.I. e sobre forma de pagamento disse que pretende voltar ao lado da manha para o almoxarifado.

O Sr. prefeito disse sobre o aumento salarial que a previsão para hoje é 0% e que pode falar alguma coisa em abril mas com retroativos, e que precisa fazer uma nova reestruturação.

05117. Ata da Assembleia geral Extraordinária do Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Jaguariúna, realizada no dia 06 de Abril de 2017, em primeira chamada às 19:00 horas e em segunda chamada às 19:30 horas com qualquer número de presentes se não atingido o quorum legal da primeira convocação, na sede do Sindicato situado na Rua Inguê, de Lâmpas nº 668, centro para deliberação da seguinte ordem do dia: 1) Discussão e votação da contra proposta apresentada pela Administração municipal referente a Pauta de reivindicações 2017; 2) Em sendo rejeitada pela categoria o item 1, deliberar nos termos do artigo 13 da Lei nº 7.783/89, no sentido de conceder aos municípios um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para formular nova proposta, sob pena de deflagração de greve por prazo indeterminado; 3) Que se porventura houver a necessidade de deflagração da greve, deliberar no sentido de aprovar as formas de comunicação da população quanto a deflagração do movimento, dia, hora e local.

Deu-se início a assembleia Extraordinária do Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Jaguariúna em 2ª chamada às 19:30 horas nas dependências da Câmara municipal. A Presidente do sindicato Srta. Maria Angélica Liss Boer deu

rias a reunião agradecendo a presença
 todos logo após o Sr. Rodrigo di
 presidente da Câmara Municipal
 se deu tanto ele como os vereadores
 do prole e sonhos estão apoiando
 dos funcionários, ele entregou uma
 dica sobre o cartão alimentação dos
 ativos sobre a perda do cartão quando
 as férias ou licença prêmio. A presidente
 o sindicato agradeceu dos vereadores
 e pediram a câmara para realizarmos
 esta reunião logo após chamar o
 grupo de apoio dos funcionários para
 Irajá, Alarual, Valéria, Angelo,
 Luiz, Fernando, e Roberto, Olívia.

A funcionária Valéria expos sobre o
 problema da perda do cartão alimen-
 tação disse que é só em Joazeirópolis
 o desconto do cartão nas férias au-
 tência e que isso é direito nosso em
 Botica, o desconto sobre falta
 justificada e que não é legal os
 funcionários perderem sendo que estamos
 tendo muitas perdas, só falta o Sr.
 Afonso Janderlei dar todo apoio para
 nos ajudar a reaver isso.

Logo depois falou o Sr. Edmilson
 como funcionário aposentado onde
 expôs que nosso salário está muito
 baixado e que esse cartão foi um
 benefício de que e que sofreu um aumento
 real a qual engloba tudo, podemos
 entrar na justiça para pleitear nosso

aumento o qual estamos perdendo a muitos anos. O município não pode ultrapassar os 54%, mas para aumento salarial ele pode, e isso pode ser feito e uma reestruturação é imediata para recompor a perda salarial, aumento de 7% de abono para depois fazer uma reestruturação.

Tomou a palavra o Sr. Tereador Beto Girdlo e qual disse que entrou em contato com o Sr. Bam e eles disseram que a reestruturação que eles fizeram não é essa e que alguém mexeu, então o nome era da qual também é funcionário vai entrar na justiça para saber que mexeu na reestruturação para beneficiar alguns, ele sugeriu um abono para os funcionários e uma cesta básica diante o não está vendo nenhuma força de vontade do Sr. Prefeito disse que está cansado de sujar o poeirão e com todo mundo e dar a cara a tapa, quando sair o dissídio tem que ser retroativo.

A Senhora Jaci Rozetti, funcionária aposentada disse que fica muito triste de ver seu amigos aposentados muito doente e que até agora estão sem o cartão e falou que o Sr. Prefeito disse em sua companhia que quando ele entrar na prefeitura logo depois voltaria o cartão de até agora nada; a presidente falou que os aposentados que estão presentes na câmara para procurar a Sr.

fazi e dar o nome para a negociação do cartão com o Sr. prefeito. disse também que gostaria muito que neste plenário estivesse cheio mas infelizmente muitos não vieram, então os que estão aqui vão responder por todos que não estão.

A advogada do sindicato Sra. Cláudia Arioli expôs sobre a resposta da pauta de reivindicações do Sr. Prefeito falou que vamos entrar com reconsideração para que ele de uma resposta definitiva: como em votações: esperar o quadrimestre retroativo de janeiro: ninguém aceitou vamos paralisar: todos concordaram

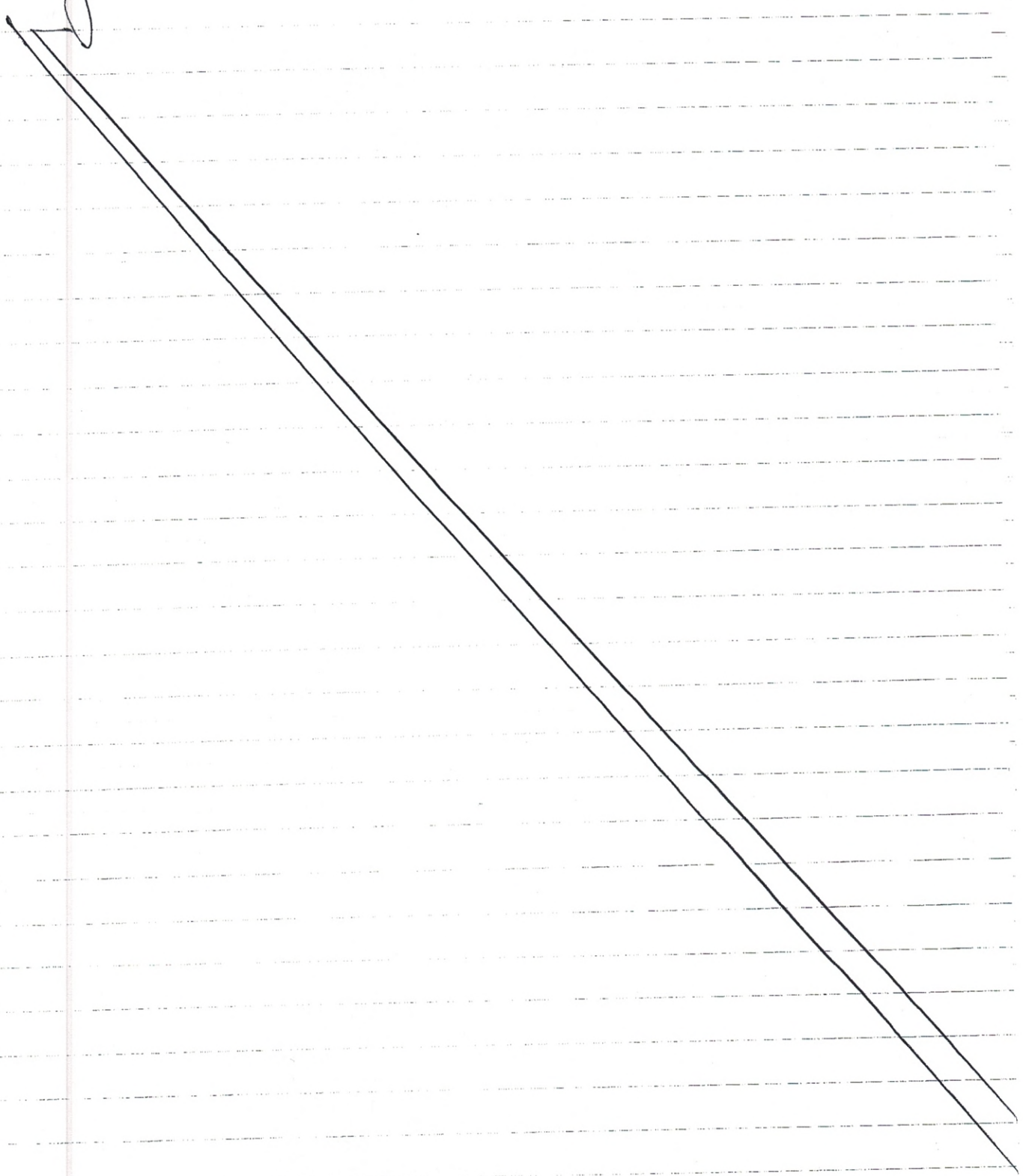
Vamos fazer uma notificação de 72 horas para que ele de a contra proposta quem aceita a notificação: todos explicou sobre as consequências que pode acarretar a paralisação, se não chamar vamos a justiça para ver sobre a legalidade da greve, e que a partir de agora do: 19 minutos estamos em estado de greve.

Nesse momento o Sr. prefeito Tanderli Marico mandou um áudio no celular da funcionária Elaine Rocha que amanhã dia 07 de abril está esperando por nós do sindicato as 10:00 horas em seu gabinete para conversar sobre o aumento salarial. Observação: - a reunião foi transferida para câmara municipal de Taguatinga devido as fortes chuvas no horário da reunião

012/17. Ata da Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guaratinga, realizada no dia 19 de Abril de 2017, nas dependências da Câmara Municipal, com primeira chamada às 19:00 horas e em segunda chamada às 19:30 horas, para discussão e votação da proposta apresentada pela administração municipal referente à pauta de reivindicações de 2017: - Acordo coletivo salarial - Cartão Alimentação. Deu-se início a assembleia geral em segunda chamada, às 19:30 hrs. A presidente do Sindicato Sr.ª Marcia Angelica agradeceu a presença de todos e a presença do pessoal da Federação e vice-presidente Sr. Arakem e logo após chamou os funcionários do acordo coletivo para impor a mesa seis ples: - Valeri Sordi, Angelo Francisco, Rangel Barbosa, Roberto de Oliveira e José Fernando dos Santos agradeceu também a presença dos Sr. vereadores Marcos Bonilha e Leilão a presidente disse que os funcionários são o alicerce do sindicato logo em seguida o funcionário aposentado, Sr. Edmilson Romano expos no telão sobre o acordo coletivo e que em 2015 tivemos uma reestruturação que estourou a folha de pagamento sendo que o aumento que o Sr. prefeito deu foi o correto se fosse mais estourou a folha de pagamento, o aumento que a administração municipal propôs é 150,00 de abono e 50,00 no cartão

alimentação e que esse aumento
terá um retroativo desde janeiro
ficando assim 450,00 divididos em
2 vezes que é igual a 225,00 em abril
e 225,00 em maio e em julho o valor
de 150,00 incorpora no pagamento e
em julho teremos mais 2,5% referente a res.
futuras do ano passado, ele fez uma
comparação de quem ganha 1.000,00
terá um aumento de 45%, disse que
será possível dar um abono de 300,00
para os aposentados para recuperar
a perda do cartão alimentação e
que até 30 de abril será pago o retroa-
tivo do cartão alimentação dos ativos, foi
discutida a aprovação da proposta em
discussão e foi aprovada pela maioria
dos funcionários presentes. A funcionária
Simone Gonçalves explicou aos funcionários
que esse acordo não tem nada a ver sobre
a gratificação que está em trâmite na
justiça logo após o Sr. Araken vice-
presidente da federação tomou a palavra
implementando a todos pela presença
esta câmara municipal e parabenizou
o sindicato pela posição e trabalho que
em realizando com os funcionários e também
todos os funcionários que deixaram suas
carras e ficaram presentes sempre juntos com
o sindicato nas negociações. A presidente
do sindicato tomou novamente a palavra
dizendo que alguns não vieram aqui não
atenderam mas foi o que o sindicato

com ju e que a paralização nas
igual que ela passou em vários depar-
tamentos e disseram que não vão para-
lizar.
Segue em anexo a lista de presença.



Ratificamos da ata de n.º 10/17. fls. 11 a 12,
na linha n.º 14 (quatorze) da página dezze onde
se lê "cavi", lêa-se "amuntar".
Por ser verdade, damos fé.